

HBDF pode perder equipamento moderno

Luiza Damé

O Hospital de Base do Distrito Federal (HBDF) corre o risco de não receber os modernos equipamentos necessários à realização de diagnósticos mais precisos de doenças graves. O convênio entre o Inamps e o Eximbank (banco norte-americano) não foi assinado e os equipamentos — conforme o diretor da instituição, Mauro Guimaraens — continuam sendo uma promessa do Ministério da Saúde. Diante dessa situação, uma comissão do hospital está preparando um projeto que prevê a abertura de licitação pública para escolha de uma empresa privada que gerenciará o serviço de exames.

Segundo Guimaraens, o HBDF precisaria investir cerca de 20 milhões de dólares (mais de Cr\$ 12 bilhões) para aquisição do aparelho de cineangiocoronariografia, ecógrafo com Doppler, tomógrafo computadorizado, aparelho de hemodinâmica, aparelho laser para oftalmologia, litotriptor, ecógrafo simples e gama-câmera. A maior parte desses equipamentos é utilizada para diagnóstico de doenças graves — como as cardíacas — e, atualmente, os pacientes precisam ser transportados para o Santa Lúcia, onde são realizados os exames.

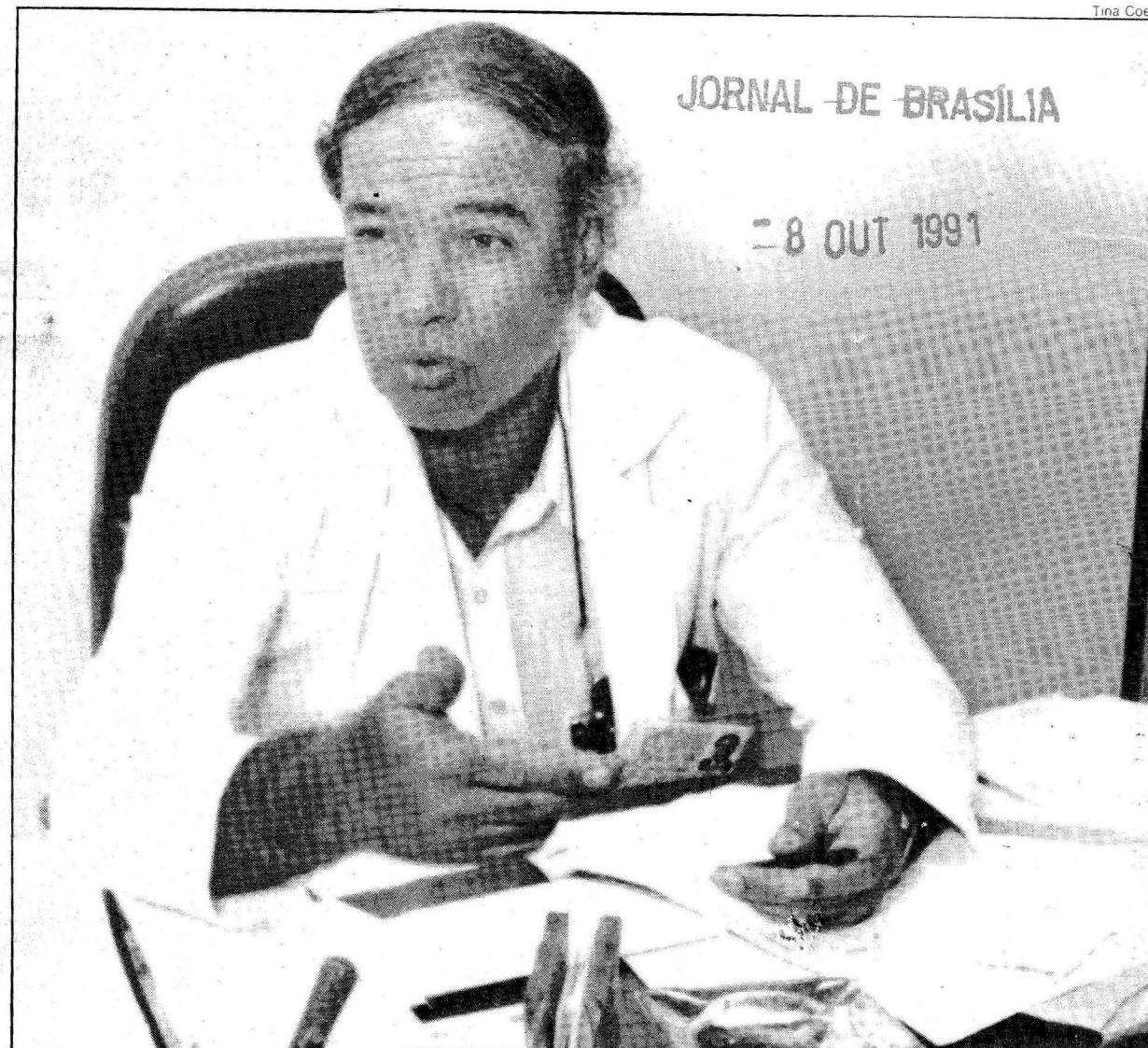
Convênio

“Em muitos casos, o paciente morre durante a remoção”, informou Guimaraens. Por isso, a idéia é oferecer às empresas privadas um convênio para equipar o hospital com esses aparelhos, fazer a manutenção e contratar o pessoal especializado. “O atendimento seria ininterrupto, não haveria necessidade de remoção e a empresa receberia pela tabela do Inamps”, explicou. O diretor do Hospital de Base disse que os exames já são pagos ao Santa Lúcia.

A mesma comissão está estudando a possibilidade de criação de uma associação sem fins lucrativos de apoio ao HBDF. Essa entidade poderia receber doações e fazer promoções para aumentar a disponibilidade de recursos do Hospital, mantido pela Fundação Hospitalar. Guimaraens espera, com a formação da associação, agilizar a administração do HBDF que não ficaria preso à burocracia para — por exemplo — comprar medicamentos em situação de emergência ou receber doações.

Também faz parte do projeto — que deverá ser submetido à Câmara Legislativa, após apreciação pela Secretaria da Saúde — a cobrança de taxa para internamento individual. “Em torno de 10% dos nossos leitos — em número de 70 — poderiam ser destinados aos pacientes que querem um tratamento diferenciado e podem pagar por isso”, argumentou.

O diretor entende que os lucros poderiam ser investidos no próprio hospital e no pagamento de produtividade aos serviços. Ele acredita que isso melhoraria o atendimento do paciente mais necessitado e não criaria ilhas de internamento, como aconteceu na experiência passada. “Nós vamos criar normas para evitar a seleção de pacientes”, adiantou, acrescentando que o interno seria “particular do Hospital e não do médico”. A produtividade seria definida através da soma de pontos por participação em trabalhos científicos, número e qualidade de no atendimento.



Guimaraens quer melhorar o atendimento, criando uma associação para gerenciar os serviços